

A GRANDE REGRESSÃO

Título original: *Die große Regression*

© Suhrkamp Verlag, Berlim, 2017

© Heinrich Geiselberger, 2017, © Arjun Appadurai, 2017, © Zygmunt Bauman, 2017, © Donatella della Porta, 2017, © Nancy Fraser, 2017, © Eva Illouz, 2017, © Ivan Krastev, 2017, © Bruno Latour, 2017, © Paul Mason, 2017, © Pankaj Mishra, 2017, © Robert Misik, 2017, © Oliver Nachtwey, 2017, © César Rendueles, 2017, © Wolfgang Streeck, 2017, © David Van Reybrouck, 2017, © Slavoj Žižek, 2017, © Renato Janine Ribeiro, 2019
© Editora Estação Liberdade, 2019, para esta tradução

PREPARAÇÃO Editora Estação Liberdade | REVISÃO Beatriz Carneiro e Gabriel Joppert | SUPERVISÃO EDITORIAL Letícia Howes | EDIÇÃO DE ARTE Miguel Simon DIREÇÃO EDITORIAL Angel Bojadsen

A TRADUÇÃO DESTE LIVRO FOI GENTILMENTE FINANCIADA PELO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERAL DA
ALEMANHA.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

G779

A grande regressão : um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los / Arjun Appadurai ... [et al.] ; tradução Silvia Bittencourt ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo : Estação Liberdade, 2019.

352 p. ; 21 cm.

Tradução de: Die große regression

ISBN 978-65-86068-12-2

1. Populismo. 2. Direita e esquerda (Ciência política). I. Appadurai, Arjun. II. Bittencourt, Silvia.

19-57793

CDD: 320.5662

CDU: 323.2

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

17/06/2019 24/06/2019

Todos os direitos reservados à Editora Estação Liberdade. Nenhuma parte da obra pode ser reproduzida, adaptada, multiplicada ou divulgada de nenhuma forma (em particular por meios de reprografia ou processos digitais) sem autorização expressa da editora, e em virtude da legislação em vigor.

Esta publicação segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008.

EDITORA ESTAÇÃO LIBERDADE LTDA.
Rua Dona Elisa, 116 | Barra Funda
01155-030 São Paulo – SP | Tel.: (11) 3660 3180
www.estacaoliberalidade.com.br

Sumário

Prefácio

Heinrich Geiselberger

Fadiga da democracia

Arjun Appadurai

Sintomas à procura de um objeto e um nome

Zygmunt Bauman

Política progressista e regressiva no neoliberalismo tardio

Donatella della Porta

Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson

Nancy Fraser

Populismo ou a crise das elites liberais: o caso de Israel

Eva Illouz

Futuros majoritários

Ivan Krastev

A Europa como refúgio

Bruno Latour

Vencendo o medo da liberdade

Paul Mason

**A política na era do ressentimento: o tenebroso legado do
Iluminismo**

Pankaj Mishra

Coragem para ousadia

Robert Misik

**Descivilização — Sobre tendências regressivas nas sociedades
ocidentais**

Oliver Nachtwey

Do retrocesso global aos contramovimentos pós-capitalistas

César Rendueles

**O retorno dos reprimidos como início do fim do capitalismo
neoliberal**

Wolfgang Streeck

Caro presidente Juncker

David Van Reybrouck

A tentação populista

Slavoj Žižek

O Brasil voltou cinquenta anos em três

Renato Janine Ribeiro

As colaboradoras e os colaboradores

Fontes

Prefácio

“Quando uma ordem mundial desaba, inicia-se a reflexão a seu respeito.”

ULRICH BECK, 2011¹

A ideia deste livro surgiu no final do outono de 2015, após uma série de atentados ter abalado Paris, em 13 de novembro, e a discussão sobre a chegada de centenas de milhares de refugiados ter se tornado cada vez mais intensa na Alemanha. O trato político, midiático e discursivo para com esses acontecimentos deixou a impressão de que o mundo voltara de repente para trás dos padrões arduamente alcançados e tidos como seguros.

Em um contexto imediato de terrorismo e migração está o fato de que ao redor do mundo se expandem os territórios onde não vigora mais um Estado. Os três países de origem da maioria das pessoas que pediram asilo na Alemanha em 2016 — Síria, Afeganistão e Iraque — ocupam os primeiros lugares no *Fragile State Index* daquele ano, elaborado pela ONG Fund for Peace.² Enquanto as manchas brancas nos mapas tornavam-se cada vez menores ao longo dos séculos, isto parece agora ir em outra direção: nos tempos de Google Maps, crescem paradoxalmente os territórios sobre os quais pouco se sabe e que os antigos cartógrafos teriam descrito com a frase *hic sunt leones*.

Muitas reações políticas frente aos atentados terroristas e aos movimentos migratórios encaixam-se, por sua vez, em um modelo que poderíamos qualificar de “securitização” (*securitization*) e de política simbólica pós-democrática: tornaram-se barulhentos os apelos por cercas ou mesmo por ordens de disparo nas fronteiras; o presidente francês

impôs o estado de exceção e declarou que o país encontrava-se em guerra. Incapazes de tratar as causas globais de desafios como migração, terrorismo e crescente desigualdade com meios nacionais ou confrontá-las com estratégias de longo prazo, cada vez mais políticos preferem aplicar o *law and order* em seu país e prometer torná-lo “grande” de novo.³ No seu papel de empregados, cossobranos, estudantes ou usuários da infraestrutura pública, não se pode mais oferecer muita coisa aos cidadãos e cidadãs nos tempos de austeridade. Assim, o ponto principal da ação política desloca-se para a dimensão do pertencimento nacional, para a promessa de segurança e restabelecimento do (suposto) brilho de tempos passados.

Seria possível aumentar a lista dos sintomas da recaída quase de forma ilimitada: com o desejo de uma desglobalização anárquica e unilateral ou com o surgimento do movimento identitário, por exemplo, na França, Itália e Áustria; com a xenofobia e islamofobia crescentes; com uma onda da chamada criminalidade do ódio; e, naturalmente, com a ascensão de demagogos autoritários como Rodrigo Duterte, Recep Tayyip Erdoğan ou Narendra Modi.

Tudo isto se associou, já no final do outono de 2015, a um histerismo e brutalização do discurso público e a certo instinto apocalíptico por parte das mídias consolidadas. Aparentemente, não se podia mais falar de fuga e migração sem empregar conceitos de campos lexicais como “catástrofes naturais” e “epidemias”.⁴ Em vez de clamar por descontração e pragmatismo ou contextualizar os acontecimentos historicamente e, desta forma, relativizá-los, o perigo do terror e a migração foram estilizados, não só na Alemanha, como os maiores desafios — e, assinalemos, não desde a reunificação, mas desde a Segunda Guerra Mundial. E tanto nas manifestações como na internet circulam, de repente, conceitos como “imprensa mentirosa”, “ditadura da chanceler” e “traidores do povo”.

Sintomas como estes serão discutidos neste livro sob o conceito da “grande regressão”. Este deve exprimir, para além de toda crença

progressista ingênua — provavelmente implicada no conceito —, que os “efeitos-catraca” parecem ter sido anulados nos mais diversos campos e que nos tornamos testemunhas de uma perda de “civilidade” considerada definitiva.⁵ Entretanto, o termo deve caracterizar, ao mesmo tempo, outro fenômeno: o fato de que o debate sobre os efeitos da globalização caiu, às vezes, para aquém do nível que ele alcançara cerca de vinte anos atrás. Duas previsões — que hoje podem ser consideradas proféticas — foram várias vezes lembradas logo depois da eleição de Donald Trump: a frase de Ralf Dahrendorf, segundo a qual o século XXI poderia se tornar “o século do autoritarismo”⁶, e o livro de Richard Rorty *Achieving Our Country*, no qual ele problematiza os efeitos da globalização (e o papel da “esquerda cultural”) e lista toda uma série de possíveis retrocessos: a ascensão de “demagogos ordinários”, um aumento da desigualdade social e econômica, o irromper de um “mundo orwelliano”, uma revolta dos mais frágeis, um retorno do “sadismo”, do ressentimento e dos comentários depreciativos sobre mulheres e membros de minorias.⁷

A coletânea na qual se encontra a perspectiva de Dahrendorf aqui citada surgiu em 1998 e, com ela, chegou-se ao auge de uma primeira onda de reflexão sobre a globalização. Ao folhear os livros daquele ano, nos deparamos com outras frases que podem servir como comentários sobre os acontecimentos de 2016. Wilhelm Heitmeyer chamava a atenção para um “capitalismo autoritário”, uma “política de repressão estatal” e um “populismo de direita brutal”.⁸ Dani Rodrik profetizava que a globalização levaria a uma “desintegração social”, e advertia para o fato de que uma “recaída protecionista” não seria um cenário irrealista.⁹

Muitas dessas avaliações baseiam-se em algo como a “mecânica polanyiana” de uma segunda grande transformação. O historiador econômico austro-húngaro Karl Polanyi esboça em seu clássico *The Great Transformation*, publicado em 1944, como a sociedade industrial capitalista surge no século XIX a partir de relações menores, feudais, marcadamente agrárias, integradas política, cultural e institucionalmente, trazendo uma série de consequências colaterais e movimentos contrários,

até a economia adequar-se novamente aos patamares dos Estados de bem-estar nacionais.¹⁰ Este desenvolvimento extensivo do ponto de vista geográfico e social repete-se agora, pois o capitalismo deixa para trás as fronteiras do Estado nacional — e mais uma vez com muitas consequências colaterais e movimentos contrários.¹¹ Basta lembrarmos da fundação da Attac em 1998, da chamada “Batalha de Seattle” em 1999 e do primeiro fórum social internacional em 2001, em Porto Alegre, do lado da esquerda¹², e dos primeiros sucessos dos populistas críticos à globalização, à direita: do surpreendentemente forte desempenho de Pat Buchanan nas prévias dos Republicanos estadunidenses em 1996 (e ao qual Rorty e Rodrik se referiram) ou do sucesso do FPÖ¹³ de Jörg Haider, que conseguiu ser o segundo mais votado nas eleições parlamentares austríacas em 1998.

Resumindo as possíveis soluções daquela época, impunha-se uma readequação da economia desenfreada em um patamar global: através do estabelecimento de instituições transnacionais, a política devia dedicar-se a procurar soluções globais para problemas globais. Paralelamente a isto, devia surgir uma mentalidade correspondente, um sentimento cosmopolita do “nós”.¹⁴

A ironia amarga consiste no fato de que os riscos da globalização esboçados naqueles tempos tornaram-se reais nos anos seguintes — terrorismo internacional, mudança climática, crise financeira e monetária e, finalmente, grandes movimentos migratórios —, apesar de não estarmos preparados para isto politicamente. E também do lado subjetivo não se instituiu um sentimento forte e cosmopolita do “nós”. Experimentamos, muito mais, uma renascença étnica, nacional e confessional das diferenças entre o nós e o eles. Depois do suposto “fim da história”, a lógica de uma “luta das culturas” substituiu surpreendentemente rápido o esquema “amigo-inimigo” da guerra fria.

Olhando sob este contexto, a regressão que se espalhou no final do outono de 2015, os acontecimentos seguintes — como o conflito na Síria, o resultado da votação do Brexit, o atentado em Nice, os sucessos

da Alternativa para a Alemanha (Alternative für Deutschland — AfD) na Alemanha, a tentativa de golpe na Turquia e suas conseqüentes reações políticas, a vitória eleitoral de Trump, etc. — encaixaram-se muito bem neste panorama sombrio.

Enquanto se falou até agora sobretudo de riscos *da globalização*, vários ensaios desta coletânea enfatizam tratar-se de uma globalização de *mercado radical*; por isso poderíamos falar da mesma forma de riscos do *neoliberalismo*. Assim, os artigos aqui reunidos também podem ser entendidos como estudos sobre em quantos aspectos — citando Ernst Wolfgang Böckenförde de outra forma¹⁵ — as democracias neoliberais vivem de precondições que elas mesmas não podem garantir: mídias que ofereçam certo pluralismo de opinião, associações intermediárias como sindicatos, partidos e organizações, nas quais as pessoas podem experimentar algo como uma autoeficácia; partidos realmente de esquerda, que consigam articular os interesses de meios diversos; e um sistema educacional que não reduza a educação ao fornecimento de “capital humano” e à “decoreba” dos critérios do Pisa.

Possivelmente, a grande regressão agora observada é o resultado de uma *combinação* de riscos da globalização e do neoliberalismo: os problemas resultantes da falta de condução política na interdependência global atingem sociedades que não estão preparadas para isto institucional e culturalmente.

Este livro quer retomar a discussão sobre a globalização dos anos 1990 e prosseguir-la. Cientistas e intelectuais manifestam-se aqui sobre questões urgentes: Como chegamos a esta situação? Onde estaremos daqui a cinco, dez ou vinte anos? Como deter a regressão global e invertê-la? Trata-se de uma tentativa de estabelecer, frente a uma “Internacional dos Nacionalistas”, algo como uma esfera pública transnacional em três níveis: no nível das colaboradoras e dos colaboradores, no nível dos fenômenos investigados e no nível da distribuição (a coletânea é publicada simultaneamente em vários países).

Meus agradecimentos vão, em primeiro lugar, às colaboradoras e aos

colaboradores por sua prontidão em participar desta empreitada e produzir, em um tempo relativamente curto, textos substanciais. Além disso, agradeço às editoras parceiras por sua confiança no projeto, assim como a Mark Greif e John Thompson por seus conselhos. Esta coletânea é também um projeto editorial que não teria sido possível sem meus colegas da Suhrkamp. Por isso, um agradecimento especial vai para Edith Baller, Felix Dahm, Andrea Engel, Eva Gilmer, Petra Hardt, Christoph Hassenzahl, Christian Heilbronn, Nora Mercurio e Janika Rüter.

Berlim, dezembro de 2016

Heinrich Geiselberger

(tradução: Silvia Bittencourt)

1. Ulrich Beck. “Kooperieren oder scheitern. Die Existenzkrise der Europäischen Union”. In: *Blätter für deutsche und internationale Politik* 2 (2011), p. 41-53.
2. J. J. Messner. *Fragile State Index 2016*. Washington: The Fund for Peace, 2016, p. 7.
3. Ver também Zygmunt Bauman. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
4. O que seria visualmente salientado pelo fato de que as fotos correspondentes mostravam, com frequência, pessoas usando máscara bucal (para o que deve haver motivos práticos), como é o caso da jornalista húngara, que em setembro de 2015 deu pontapés nos refugiados.
5. Ver também, a respeito do conceito “modernização regressiva”, Oliver Nachtwey. *Die Abstiegs-gesellschaft. Über das Aufbegehren in der regressiven Moderne*. Berlim: Suhrkamp, 2016.
6. Ralf Dahrendorf. “Anmerkungen zur Globalisierung”. In: *Perspektiven der Weltgesellschaft*. Org. Ulrich Beck. Frankfurt: Suhrkamp, 1998, p. 41-54, p. 52 e seguintes.
7. Richard Rorty. *Stolz auf unser Land. Die amerikanische Linke und der Patriotismus*. Frankfurt: Suhrkamp, 1999, sobretudo o capítulo 4, “Eine kulturelle Linke”, p. 43-103, p. 81 e seguintes. [Ed. orig.: *Achieving Our Country: Leftist Thought in Twentieth-Century America*. Cambridge:

Harvard University Press, 1999.]

8. Wilhelm Heitmeyer. “Autoritärer Kapitalismus, Demokratieentleerung und Rechtspopulismus. Eine Analyse von Entwicklungstendenzen”. In: *Schattenseiten der Globalisierung. Rechtsradikalismus, Rechtspopulismus und separatistischer Regionalismus in westlichen Demokratien*. Org. Dietmar Loch e Wilhelm Heitmeyer. Frankfurt: Suhrkamp, 1998, p. 497-534, p. 500.
9. Dani Rodrik. *Grenzen der Globalisierung. Ökonomische Integration und soziale Desintegration*. Frankfurt/Nova York: Campus, 2000 [1997], p. 86. Também podemos citar neste contexto, entre outros, Benjamin Barber. *Coca-Cola und Heiliger Krieg. Wie Kapitalismus und Fundamentalismus Demokratie und Freiheit abschaffen*. Bernal/Munique/Viena: Scherz, 1996; Noam Chomsky. *Profit Over People. Neoliberalismus und globale Weltordnung*. Hamburgo/Viena: Europa Verlag, 2000; Viviane Forrester. *Der Terror der Ökonomie*. Viena: Zsolnay, 1997 [ed. bras.: *O horror econômico*, São Paulo: Unesp, 1997]; Robert B. Reich. *Die neue Weltwirtschaft. Das Ende der nationalen Ökonomie*. Berlim/Frankfurt: Ullstein, 1993; Harald Schumann e Hans-Peter Martin. *Die Globalisierungsfalle. Der Angriff auf Demokratie und Wohlstand*. Reinbek: Rowohlt, 1996; Joseph E. Stiglitz. *Die Schatten der Globalisierung*. Berlim: Siedler, 2002.
10. Karl Polanyi. *The Great Transformation. Politische und ökonomische Ursprünge von Gesellschaften und Wirtschaftssystemen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1978 [1944].
11. Ver também — referindo-se explicitamente a Polanyi — Philip G. Cerny. “Globalisierung und die neue Logik kollektiven Handels”. In: *Politik der Globalisierung*. Org. Ulrich Beck. Frankfurt: Suhrkamp, 1998, p. 263-296.
12. Acompanhados naquele tempo por outros influentes diagnósticos jornalísticos e teóricos, devemos nos lembrar de livros como Naomi Klein. *No Logo! Der Kampf der Global Players um Marktmacht — ein Spiel mit vielen Verlierern und wenigen Gewinnern*. Munique: Riemann, 2001; ou Michael Hardt e Toni Negri. *Empire. Die neue Weltordnung*. Frankfurt/Nova York: Campus, 2002 [ed. bras.: *Império: a nova ordem política da globalização*, Rio de Janeiro: Record, 2000].
13. Freiheitliche Partei Österreichs ou Partido Austríaco da Liberdade (extrema-direita), que voltaria a integrar o governo em fins de 2017. [N.T.]
14. Ver também Ulrich Beck. *Der kosmopolitische Blick oder: Krieg ist Frieden*. Frankfurt: Suhrkamp, 2004.

15. Lê-se no livro de Böckenförde, mesmo que em outro contexto: “O Estado liberal e secularizado vive de precondições que ele mesmo não pode garantir.” (Ernst-Wolfgang Böckenförde. “Die Entstehung des Staates als Vorgang der Säkularisation”. In: idem. *Staat, Gesellschaft, Freiheit. Studien zur Staatstheorie und zum Verfassungsrecht*. Frankfurt: Suhrkamp, 1977 [1967], p. 42-64, p. 60.)

Fadiga da democracia

Arjun Appadurai

A pergunta central da nossa época é se estaríamos testemunhando a rejeição mundial da democracia liberal e sua substituição por uma espécie de autoritarismo populista. Fortes sinais dessa tendência são vistos nos Estados Unidos de Trump, na Rússia de Putin, na Índia de Modi e na Turquia de Erdoğan. Também temos diversos exemplos de governos autoritários que já existiam (Orbán na Hungria, Duda e Kaczyński na Polônia) e aspirantes de destaque a governos autoritários de direita na França, na Áustria e em outros países da União Europeia. A população total desses países é de quase um terço da população total do mundo. Há um alarmismo crescente quanto a essa guinada global à direita, mas boas explicações para tanto são bem parcas. Neste artigo, tentarei apresentar uma explicação e um esboço de contraofensiva sob uma ótica europeia.

Líderes e seguidores

Precisamos repensar a relação entre líderes e seguidores nos novos regimes populistas que nos cercam. Nossos meios de análise tradicionais nos levam a imaginar que correntes sociais de destaque na esfera política têm a ver com coisas tais como carisma, propaganda, ideologia e outros fatores, todos inferindo a forte ligação entre líderes e seguidores. Hoje, é claro que líderes e seguidores estabelecem conexões, mas elas se baseiam nas coincidências parciais e acidentais entre as ambições, ideias e

estratégias dos líderes e os temores, feridas e ódios de seus seguidores. Os líderes que ascenderam nos novos movimentos populistas têm estilos tipicamente xenófobos, patriarcais e autoritários. Os seguidores talvez partilhem de algumas dessas propensões, mas também estão assustados, zangados e ressentidos com o que a sociedade em que vivem fez por e com eles. É evidente que esses perfis se encontram, principalmente nas eleições (por mais que sejam manipuladas ou controladas). Mas o ponto de encontro nunca é fácil de entender. Por que alguns muçulmanos da Índia e dos Estados Unidos votam em Modi e Trump? Por que algumas mulheres dos Estados Unidos adoram Trump? Por que estratos da antiga República Democrática Alemã hoje votam em políticos de direita? Abordar esses enigmas nos obriga a pensar sobre os líderes e seguidores dos novos populismos de forma até certo ponto independente.

A mensagem vinda de cima

Os novos líderes populistas reconhecem que almejam a liderança nacional em uma época em que a soberania nacional está em crise. O sintoma mais impressionante dessa crise de soberania é que nenhum Estado-nação moderno controla sua economia nacional, como poderíamos chamá-la. É um problema tanto para as mais ricas como para as mais pobres das nações. Uma parte substancial da economia dos Estados Unidos está em mãos chinesas, os chineses têm uma dependência crucial de matérias-primas da África, da América Latina e de outras partes da Ásia, todo mundo depende em certa medida do petróleo do Oriente Médio e praticamente todos os Estados-nação modernos dependem dos armamentos sofisticados de um número pequeno de países ricos. Como base para a soberania nacional, a soberania econômica sempre foi um preceito duvidoso. Hoje, é cada vez mais irrelevante.

Na ausência de uma economia nacional que os Estados modernos possam alegar que protegem e fortalecem, não é surpresa ter havido uma

propensão a que Estados de fato, bem como diversos movimentos populistas em ascensão, tentem reencenar a soberania nacional por meio do chauvinismo cultural dominante, do etnonacionalismo e da opressão às dissidências intelectuais e culturais internas. Em outras palavras, a perda generalizada da soberania econômica gera uma mudança rumo à ênfase na soberania cultural. Essa guinada em direção à cultura como espaço de soberania nacional se manifesta de várias formas.

Veja-se a Rússia nas mãos de Vladimir Putin. Em dezembro de 2014, Putin assinou um decreto estabelecendo uma política cultural pública para a Rússia centrada na máxima “A Rússia não é a Europa”. Reflexo da hostilidade explícita ao Ocidente cultural e ao multiculturalismo europeu, caracterizado por Putin como “castrado e estéril”¹, ambas expressões carregadas de teor sexual, ele recruta a masculinidade russa como força política. Essa retórica é um apelo explícito à retomada dos valores russos tradicionais e se ancora em uma longa história de sentimento eslavófilo e política cultural russófila. O contexto imediato desse documento foi a batalha acerca do futuro da Ucrânia e fundamentou o cancelamento de shows do roqueiro russo anti-Kremlin Andrei Makarevitch, ao mesmo tempo em que refletia a perseguição mais duradoura ao conjunto musical Pussy Riot. A medida preconiza um “espaço cultural unificado” na Rússia inteira e deixa claro que a uniformidade e a singularidade culturais russas são ferramentas essenciais contra as minorias culturais no país e inimigos políticos no exterior.

A Turquia governada por Recep Tayyip Erdoğan também transformou a cultura em palco da soberania. O veículo principal dessa estratégia é a defesa do retorno às tradições, formas linguísticas e grandeza imperial otomanas (ideologia que seus críticos apelidaram de “neo-otomanismo”). Essa visão da Turquia também codifica suas ambições globais, sua resistência às intervenções russas no Oriente Médio e é um contrapeso ao desejo do país de fazer parte da União Europeia. Essa postura neo-otomana também é uma peça-chave dos esforços de

Erdoğan para marginalizar e substituir o nacionalismo secular de Kemal Atatürk, o ícone da Turquia moderna, por um estilo de governo mais religioso e imperial. O país também testemunhou uma censura considerável da arte e das instituições culturais junto com a repressão direta à dissidência política popular, como ocorrido na praça Taksim em 2013.

Sob diversos aspectos, o melhor exemplo de como os novos líderes autoritários produzem e mantêm uma estratégia populista está em Narendra Modi, o ideólogo de direita que agora desfruta do cargo de primeiro-ministro da Índia. Modi tem uma longa carreira como partidário e ativista da direita hindu na Índia. Foi primeiro-ministro de Gujarat de 2001 a 2014 e foi implicado no genocídio de muçulmanos em Gujarat em 2002, depois de alguns muçulmanos atacarem um trem que transportava peregrinos hindus pelo estado. Muitos indianos progressistas ainda creem que Modi teve um papel ativo na orquestração desse genocídio, mas ele conseguiu superar inúmeras condenações judiciais e civis e vencer a campanha para se tornar o primeiro-ministro da Índia em 2014. Ele defende abertamente o *hindutva* (nacionalismo hindu) como ideologia diretriz da Índia e, assim como grande parte da safra atual de populistas autoritários mundo afora, combina o nacionalismo cultural extremado com políticas e projetos notoriamente neoliberais. Sob sua liderança de quase três anos, houve um número inaudito de investidas contra as liberdades sexual, religiosa, cultural e artística na Índia, ancoradas na desarticulação sistemática do legado secular e socialista de Jawaharlal Nehru e da visão não violenta de Mahatma Gandhi. No governo Modi, a guerra com o Paquistão está sempre a um passo de distância, os muçulmanos da Índia vivem com um medo cada vez maior e os *dalits* (castas mais baixas, antes “intocáveis”) são atacados e humilhados descaradamente todos os dias. Modi juntou o léxico da pureza étnica com o discurso da limpeza e do saneamento. As imagens culturais da Índia no exterior, que destacam a mistura de modernidade digital e autenticidade hindu, e o domínio hindu no

próprio país são os pilares da soberania indiana.

E esse também é o caso do nosso último pesadelo, a vitória de Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos, em 8 de novembro de 2016. Como esse acontecimento ainda é bastante recente, nos falta algum recuo. Porém, desde que foi eleito, Trump já começou a pôr em prática suas propostas de campanha com as escolhas de gabinete e as declarações acerca das medidas que tomará. Não podemos esperar que sua vitória modere seu estilo. O recado de Trump, que mistura misoginia, racismo, xenofobia e megalomania num grau inédito na história recente, é centrado em duas mensagens extremas, uma implícita e outra explícita. A mensagem explícita é sua meta de “tornar a América grande outra vez” por meio do reforço das opções militares dos Estados Unidos no exterior, da renegociação de vários acordos de comércio que acredita terem diminuído a riqueza e o prestígio do país, de livrar as empresas estadunidenses de diversas limitações tributárias e ambientais e, acima de tudo, do cumprimento da promessa de “registrar” todos os muçulmanos que estão nos Estados Unidos, deportar todos os ilegais, reforçar as fronteiras do país e aumentar enormemente o controle migratório. A mensagem implícita é racista e racial, e fala aos estadunidenses brancos com a sensação de que perderam sua dominância imaginária da política e da economia estadunidenses para os negros, latinos e migrantes de todos os tipos. O maior sucesso retórico de Trump é pôr os gregos da “brancura” dentro do Cavalo de Troia de cada uma de suas mensagens sobre a grandeza “americana” para que a ideia de tornar a América grande outra vez seja o modo público de prometer que os brancos da América serão grandes outra vez. Essa é a primeira vez que um recado sobre o poder dos Estados Unidos no mundo se torna um canto da sereia para tornar os brancos a classe dominante dos e nos Estados Unidos outra vez. A mensagem sobre a salvação da economia estadunidense foi transformada em uma mensagem sobre a salvação da raça caucasiana.

Portanto, é isso o que os líderes dos novos regimes populistas

autoritários têm em comum: a admissão de que nenhum deles pode de fato controlar a economia de seus países, refém de investidores estrangeiros, acordos globais, finanças transnacionais, mão de obra móvel e capital de modo geral. Todos eles prometem a purificação da cultura nacional como via de poder político global. Todos são simpáticos ao capitalismo neoliberal, cada um com a própria versão de como fazê-lo funcionar para a Índia, a Turquia, os Estados Unidos e a Rússia. Todos buscam converter poder brando em poder coercitivo. E nenhum deles tem restrições quanto a reprimir minorias e dissidentes, abafar a liberdade de expressão ou usar as leis para sufocar os oponentes.

Esse pacote mundial também é visível na Europa: no Reino Unido de Theresa May, na Hungria de Viktor Orbán, na Polônia de Andrzej Duda e Jarosław Kaczyński e em inúmeros partidos de direita cada vez mais ruidosos e “predominantes” em praticamente todos os países. Na Europa, os barris de pólvora que geram essa tendência são o medo da última onda de migrantes, a raiva e o choque diante de vários ataques terroristas em algumas de suas cidades mais importantes e, é claro, o impacto do voto pelo Brexit. Conseqüentemente, demagogos e líderes populistas autoritários são vistos em todos os cantos do velho continente e também atuam com a mesma mistura de neoliberalismo, chauvinismo cultural, ira contra os imigrantes e fúria majoritária de acordo com os exemplos relevantes discutidos neste ensaio. Temos, portanto, uma primeira impressão sobre como enxergar os líderes dos novos populismos autoritários e a atração que exercem. Mas o que dizer de seus seguidores?

Vox Populi

Sugeri anteriormente que uma explicação para o sucesso mundial dos populistas autoritários não deve partir do pressuposto de que os seguidores simplesmente endossam ou reproduzem as crenças dos líderes que parecem adorar. Existe, óbvio, certa coincidência ou compatibilidade entre o que esses líderes criticam ou prometem e as crenças ou temores

dos seguidores. Mas essa justaposição é parcial, e as legiões de admiradores que possibilitaram a Modi, Putin, Erdoğan e Trump, bem como a May, Orbán e Duda na Europa, alcançar ou manter o poder têm seus próprios universos de crenças, afetos e motivações. A fim de entender como são esses universos, retomo as famosas ideias apresentadas pelo filósofo e economista político Albert O. Hirschman no brilhante livro *Saída, voz e lealdade*.² Hirschman proporciona uma interpretação muito esclarecedora de como os seres humanos reagem à decadência de produtos, organizações e Estados continuando leais a eles, abandonando-os ou permanecendo com eles no intuito de protestar contra a deterioração “expressando” sua oposição, resistência ou reclamações na esperança de conserto ou reformulação. A grande originalidade da análise de Hirschman foi o vínculo do comportamento do consumidor ao comportamento organizacional e político, e sua abordagem foi um passo vital para compreendermos por quanto tempo e em quais circunstâncias pessoas comuns seriam capazes de tolerar a decepção com bens e serviços antes de mudar de marca, de organização ou de país. Publicada em 1970, a obra de Hirschman representou uma perspectiva densa sobre as democracias capitalistas modernas antes que a globalização começasse a destruir a lógica das economias nacionais, comunidades locais e identidades baseadas na geografia. Também foi escrita antes da ascensão da internet e das mídias sociais e, portanto, não poderia ter previsto a natureza da decepção e do protesto no mundo do século XXI.

Ainda assim, as ideias de Hirschman lembram que o Brexit é acima de tudo uma saída e que a saída sempre tem relação com a lealdade e a voz. Como o uso que Hirschman faz desses termos nos auxilia hoje em dia? Sugiro que, do ponto de vista da massa de seguidores que apoiam Trump, Modi, Erdoğan e as outras figuras do populismo autoritário estabelecidas ou em ascensão, a saída que muitos apoiam atualmente é uma forma de voz, não uma alternativa a ela. Falando de modo mais concreto, Hirschman tinha razão ao declarar que as eleições eram a grande via pela qual os cidadãos davam voz e demonstravam decepção ou

satisfação com seus líderes. Mas as eleições de hoje — e a recente eleição nos Estados Unidos é um exemplo excelente — transformaram-se em uma via de “saída” da democracia em si em vez de ser um meio de corrigir e debater a política democraticamente. Os cerca de 62 milhões de estadunidenses que votaram em Trump votaram nele e contra a democracia. Nesse sentido, o voto deles foi um voto pela “saída”. E assim foi também com a eleição de Modi, a eleição de Erdoğan e a pseudoeleição de Putin.

Em todos esses casos, e na maioria dos bolsões populistas da Europa, existe uma fadiga da própria democracia, e essa fadiga é a base do sucesso eleitoral de líderes que prometem revogar todos os elementos independentes, deliberativos e inclusivos de suas versões nacionais de democracia. Pode-se fazer a objeção de que todos os líderes populistas vicejam a partir dessa frustração com a democracia e constroem suas carreiras a partir dela, remontando a Stalin, Hitler, Perón e muitos outros líderes da primeira metade do século XX que exploraram o fracasso das democracias de suas épocas e lugares. Portanto, o que há de novo na fadiga em relação à democracia hoje em dia?

Há três modos em que a atual sensação predominante de cansaço da democracia tem um contexto e uma lógica singulares. A primeira é que a expansão da internet e das mídias sociais a setores crescentes da população e a acessibilidade da busca de pares, construção identitária, propaganda e mobilização baseadas na web criaram a ilusão perigosa de que todos podemos encontrar semelhantes, aliados, amigos, colaboradores, convertidos e colegas, independentemente de quem somos e do que desejamos. A segunda é o fato de que todos os Estados-nação perderam terreno nas tentativas de manter qualquer simulacro de soberania econômica. O terceiro fator é que a propagação mundial da ideologia dos direitos humanos deu um mínimo de apoio a forasteiros, estrangeiros e migrantes em praticamente todos os países do mundo, ainda que enfrentem recepções hostis e condições rigorosas em qualquer lugar para onde se mudem. Juntos, esses três fatos intensificaram a

intolerância global contra o devido processo legal, a racionalidade deliberativa e a paciência política que sistemas democráticos sempre exigem. Quando acrescentamos a esses três fatores o aprofundamento mundial da desigualdade econômica, a erosão global do bem-estar social e a penetração planetária das indústrias financeiras que prosperam ao multiplicar a ideia de que todos corremos o risco de um desastre financeiro, a impaciência com as vagarosas temporalidades da democracia é composta de um clima constante de pânico econômico. Os mesmos líderes populistas que prometem a prosperidade para todos muitas vezes produzem intencionalmente esse tipo de pânico. A recente decisão tomada por Narendra Modi, de erradicar o dinheiro do “mercado negro” (riqueza monetária não tributada) da economia indiana tirando de circulação as cédulas de 500 e de 1.000 rupias, é um exemplo excelente de pânico financeiro e aperto econômico induzido. Na Índia de hoje, essas cédulas são parte vital do cotidiano para operadores comerciais de pequeno porte, consumidores e trabalhadores pobres e de classe média, já que valem cerca de 7 e 14 euros, respectivamente.

Assim, um novo capítulo está sendo escrito na história mundial dos populismos autoritários, e ele se baseia na justaposição parcial das ambições e promessas de seus líderes e da mentalidade de seus seguidores. Esses líderes detestam a democracia por ser um obstáculo à sua busca monomaniaca por poder. Os seguidores são vítimas da fadiga da democracia, percebendo na política eleitoral o melhor caminho para sair da democracia em si. O ódio e a exaustão encontram um denominador comum natural no âmbito da soberania cultural, representada em roteiros de vitória racial para majorias ressentidas, pureza étnica nacional e renascimento global através das promessas de poder brando. Esse denominador comum cultural inevitavelmente esconde as enormes contradições entre as políticas econômicas neoliberais da maioria desses líderes autoritários e seu capitalismo de compadrio muito bem documentado somados à angústia e ao sofrimento econômico genuínos da maior parte de sua massa de seguidores.

Também é o terreno de novas políticas de exclusão, cujos alvos são ou migrantes ou minorias étnicas internas ou ambos. Enquanto empregos, pensões e salários continuarem a diminuir, as minorias internas e os migrantes continuarão a ser os bodes expiatórios óbvios até que uma mensagem política persuasiva sobre a reestruturação de salários, bem-estar social e recursos públicos surja das vozes progressistas de esquerda. Para ser realista, não se trata de um projeto de curto prazo, mas é necessário que seja a grande prioridade de médio prazo. Nesse ponto, visto que a Europa está na vanguarda, concluo voltando ao velho continente.

Para onde vai a Europa?

As consequências do voto pelo Brexit ainda estão se desenrolando. Mas o resultado indica um estado de espírito na Europa que não é desvinculado da tendência global à direita e à ambivalência crescente em relação à União Europeia em vários de seus países-membros. Afora as particularidades da política no Reino Unido, algumas observações gerais me ocorrem.

A primeira é que o Brexit é apenas a versão mais recente de um debate longo e recorrente sobre o que é e o que significa a Europa. Essa discussão é tão antiga quanto a própria ideia de Europa. A questão da missão, da identidade e das fronteiras europeias nunca foi resolvida. Seria a Europa um projeto da cristandade ocidental? Seria a filha da lei e do império romanos? Ou da racionalidade e dos valores democráticos gregos? Ou do humanismo e secularismo renascentistas? Ou do universalismo e cosmopolitismo do Iluminismo? Essas imagens alternativas se enfrentam há séculos e continuam a ser temas de uma divisão profunda. São imagens adotadas por classes, regiões, nações e intelectuais diferentes em épocas diferentes, e nenhuma delas foi totalmente hegemônica. E nenhuma saiu de cena completamente. Também coexistiram com guerras internas sangrentas, cismas religiosos

massivos e tentativas brutais de eliminar minorias, forasteiros, hereges e dissidentes políticos. A combinação de fatores permanece relevante hoje em dia.

Não é difícil ver que o medo de novos imigrantes (bem como das populações migrantes já existentes) é uma parte enorme do recente crescimento dos debates contra a União Europeia em seus países principais, tais como França, Holanda e Alemanha, bem como na Polônia, Hungria e Eslovênia, que se ressentem de tentativas que a liderança da União Europeia em Bruxelas fez de impor cotas, critérios e categorização legal a respeito de refugiados e outros migrantes a países que enfrentavam o impacto imediato de novas chegadas. Também é evidente que esse rancor pelo modo como a União Europeia aborda novos migrantes é agravado pela sensação de que ser parte da União é um prejuízo líquido em nome do bem-estar econômico de vários de seus países-membros. Tais saídas são tentativas condenadas de reconquistar o tipo de soberania econômica impossível de recuperar na atual era de globalização. Aliás, o debate sobre migrantes (em muitos casos no primeiro plano dos projetos e movimentos políticos de direita da Europa) é um ótimo exemplo da tradução de questões de soberania econômica em questões de soberania cultural, uma tradução e deslocamento que, conforme eu alego, está no cerne do crescimento dos populismos de direita no mundo todo.

Na Europa, os diversos movimentos que defendem algum tipo de “saída” da União Europeia são também os que estão usando processos eleitorais para abandonar a democracia, assim como argumento ser o caso de Estados Unidos, Índia, Rússia e Turquia. O que os casos europeus de fadiga da democracia trazem à nossa atenção de modo mais nítido é o desejo que muitos grupos e movimentos políticos têm de colher os benefícios da globalização sem os fardos da democracia, e no caso da Grã-Bretanha, a participação na União Europeia ficou vinculada à ideologia liberal em casa.

Assim, a recente visita de Theresa May à Índia para conversar com

Narendra Modi é um vislumbre revelador do futuro do neoliberalismo global em um mundo libertado da democracia. Os dois líderes concordaram nas questões do terrorismo transnacional (leia-se Paquistão), investimentos financeiros britânicos na infraestrutura indiana, mas foram ríspidos no tema das cotas de vistos estudantis para indianos no Reino Unido e da situação dos indianos que ficam no Reino Unido com o visto “vencido”. Portanto, uma líder do Partido Conservador que chegou ao poder devido ao voto pró-Brexit e um indiano populista de direita, um tirano de renome mundial, já negociam como reconciliar o fluxo livre de capital internacional enquanto barganham vistos e migrantes. É um relance de como os negócios serão tratados entre os novos líderes autoritários do mundo quando não carregarem mais o fardo da democracia em seus países e quando alçados ao poder por uma massa de seguidores que sofre de fadiga da democracia. Trump e Putin já têm laços convenientes, e entre os indianos dos Estados Unidos os seguidores de Modi e Trump já estão estreitamente alinhados.

A democracia liberal europeia está à beira de uma crise perigosa. O cansaço da democracia chegou à Europa, e é visível da Suécia à Itália e da França à Hungria. Na Europa as eleições também estão virando um meio de dizer “não” à democracia liberal. Nessa conjuntura, a Alemanha está em uma encruzilhada perigosa e de grande porte. Ela pode usar sua riqueza incrível, estabilidade econômica e autoconsciência histórica para sustentar os ideais da União Europeia, para dar as boas-vindas aos refugiados da África e do Oriente Médio, para buscar soluções pacíficas a crises políticas globais e para usar o poder do euro para expandir o escopo da igualdade tanto dentro de suas fronteiras como na Europa de modo geral. Ou também pode sair, fechar as fronteiras, acumular riquezas e deixar que o resto da Europa (e do mundo) resolva seus problemas. Essa é provavelmente a mensagem política da direita alemã. Mas seria uma opção tola. A interdependência global veio para ficar e a riqueza alemã é tão dependente da economia global quanto a de

qualquer outro país. A solução da “saída” não seria boa para a Alemanha. Ela não tem alternativa senão lutar por uma Europa democrática, e a Europa democrática é um recurso vital na luta mundial contra o populismo autoritário.

Mas para que esse enredo alemão funcione, a Alemanha precisa convencer os outros membros da União Europeia de que ela não será a voz da austeridade e da disciplina financeira impostas, sobretudo na Europa mediterrânea e no Leste Europeu. Em outras palavras, a política branda quanto a migrantes e a tolerância cultural dentro do país não condizem com a abordagem impositiva a respeito da dívida interna europeia e da redução drástica de soberania fiscal para países como Grécia, Espanha e Itália. É um problema delicado porque a riqueza alemã também depende de um euro forte, e sem a riqueza da Alemanha é improvável que o liberalismo alemão sobreviva. O problema é se a Alemanha pode apoiar as forças da democracia liberal naqueles países europeus que ameaçam se mover para a direita, e se isso seria possível sem pôr a Alemanha (de novo) no papel de poder hegemônico europeu. Não existe resposta fácil para esse dilema, mas não é um dilema que se deva evitar. A democracia liberal alemã não conseguirá sobreviver em um oceano de populismo autoritário europeu. Portanto, no final das contas, há apenas um caminho, aquele em que o povo liberal europeu (trabalhadores, intelectuais, ativistas, políticos) se una dentro das fronteiras internas da Europa a fim de defender o liberalismo econômico e político. Precisamos de uma multidão liberal. Essa é a única resposta à multidão regressiva que está em ascensão na Europa e além.

(tradução: Débora Landsberg)

1. Vladimir Putin, discurso presidencial no Congresso Nacional (12 de dezembro de 2014); uma tradução do discurso para o inglês está disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/19825>> (acesso em janeiro de 2017).
2. Albert Hirschman, *Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas*,

organizações e estados. São Paulo: Perspectiva, 1973.

Sintomas à procura de um objeto e um nome

Zygmunt Bauman

Ouvi o som de um trompete e perguntei a meu criado o que significava. Ele não sabia de nada e não ouviu nada. No portão, ele me parou e indagou: “Aonde o senhor vai?” “Não sei”, respondi, “só estou saindo daqui, só saindo daqui. Sair daqui, nada mais, é a única forma de eu atingir minha meta.” “Então o senhor sabe qual é a sua meta?”, ele perguntou. “Sei”, respondi. “Acabei de lhe dizer. Sair daqui — esta é a minha meta.”

Quando um número crescente de pessoas ouve trompetes, inquieta-se e sai em retirada, duas questões podem, precisam e de fato tendem a ser postas: *de onde* essas pessoas estão saindo? E *vão para onde*? Criados suporiam que os senhores soubessem e, conforme sugeriu Kafka, perguntariam e insistiriam que lhes contassem o destino. Os senhores, no entanto, pelo menos os mais prudentes e responsáveis, e acima de tudo os mais perspicazes (aqueles ávidos por aprender com a experiência amarga do anjo da história de Paul Klee/Walter Benjamin, conhecido por ser impelido irresistivelmente ao futuro para o qual vira as costas enquanto a pilha de ruínas sobe à sua frente, os olhos fixos nas inanidades e horrores repugnantes e por demais palpáveis do passado e do presente, capaz, na melhor das hipóteses, de especular e tecer fantasias sobre seu destino), provavelmente se esquivam de responder sem fazer rodeios, imaginando que o “de onde” é o ponto máximo onde ousam chegar na tentativa de explicar. Estão a par de que têm motivos mais que suficientes para fugir, mas que correm de costas para o Grande Desconhecido, com pouquíssimos indícios que lhes permitam prever o destino. Mas tal resposta desconcertaria os criados. No mínimo, elevaria seus níveis de ansiedade e raiva a acessos de pânico e fúria.

Hoje sentimos que todos os expedientes e estratagemas que usamos até pouco tempo atrás e são eficientes — se não infalíveis no tocante a resistir e enfrentar os perigos das crises — já passaram ou estão prestes a passar do prazo de validade. Mas temos pouca noção do que pôr no lugar, se é que temos alguma. A esperança de submeter a história à gestão humana, e a resultante decisão de fazê-lo, quase sumiu à medida que os sucessivos passos largos da história humana rivalizaram, e acabaram por superar, as catástrofes naturais no que diz respeito a serem imprevisíveis e incontroláveis.

Se ainda acreditamos em “progresso” (de jeito nenhum uma conclusão óbvia), nossa tendência é vê-lo agora como uma mistura de bênção e maldição, as maldições crescendo regularmente em termos de volume enquanto as bênções vão ficando mais escassas e espaçadas. Nossos ancestrais recentes ainda acreditavam no futuro como o lugar mais seguro e mais promissor para investirem as esperanças, mas nós somos propensos a projetar nele primeiramente nossas várias apreensões, angústias e temores: da falta crescente de empregos, de que as rendas em queda reduzam as chances que nós e nossos filhos teremos na vida, da fragilidade ainda maior de nosso status social e da transitoriedade do que realizamos na vida, do abismo cada vez maior entre as ferramentas, recursos e habilidades à nossa disposição e a importância dos desafios que temos à nossa frente. Acima de tudo, sentimos que o domínio sobre nossas vidas escorrega por entre os dedos, rebaixando-nos à condição de peões movimentados em uma partida de xadrez jogada por estranhos indiferentes às nossas necessidades, se não categoricamente hostis e cruéis, e assaz dispostos a nos sacrificar em busca dos próprios objetivos. O conceito de futuro, até há pouco associado a mais conforto e menos inconveniência, hoje quase sempre evoca a ameaça horripilante de sermos percebidos ou classificados como ineptos ou incompetentes para o trabalho, de negarem nosso valor e dignidade e por isso sermos marginalizados, excluídos e proscritos.

Permitam-me focar em um dos sintomas de nosso estado atual — a tragédia do “pânico imigratório”, encenada recentemente e provavelmente ainda longe do fim — tratando-o como uma janela através da qual certos aspectos

assustadores da nossa situação (que poderiam de resto continuar escondidos) possam ser revelados.

Existe, para começar, *emigração/imigração* (de/para). E existe *migração* (de, mas para onde?). São governadas por conjuntos distintos de leis e lógicas, a diferença tendo sido determinada pela divergência de suas raízes. Ainda assim, existe similaridade entre seus impactos, ditados pela natureza das condições psicossociais nos países de destino. Tanto as diferenças como as similaridades são ampliadas pela contínua e muito provavelmente irrefreável globalização da economia e da informação. A primeira transforma todos os territórios genuína ou supostamente soberanos em “vasos comunicantes”, entre os quais é sabido que os conteúdos líquidos fluem até que o nível em todos se iguale. A última estende a difusão de estímulos, o comportamento imitador e as áreas e parâmetros da “privação relativa” a uma dimensão total e verdadeiramente planetária.

O fenômeno da imigração, conforme o singularmente visionário Umberto Eco destacou bem antes da migração de povos contemporânea deslançar, “pode ser controlado politicamente, restringido, incentivado, planejado ou aceito. Não é esse o caso da migração”.² Em seguida, Eco faz a pergunta crucial: “É possível distinguir imigração de migração quando o planeta inteiro vem se tornando o território de movimentos entrecruzados de pessoas?”. Como ele sugere na resposta:

O que a Europa ainda tenta abordar como imigração na verdade é migração. O Terceiro Mundo está batendo às nossas portas, e entrará mesmo se não estivermos de acordo. [...] A Europa se tornará um continente multirracial — ou “mestiço” [...]. É assim que vai ser, quer você goste, quer não.

E, vou acrescentar, quer *todos* “eles” gostem e/ou *todos* “nós” guardemos rancor.

Em que momento a emigração/imigração vira migração? Em que momento o gotejamento de imigrantes que batem à nossa porta, gerenciável do ponto de vista político, transforma-se no gigantesco influxo praticamente autossustentável e autopropulsor de migrantes que inundam por todos os lados e passam por todas as portas, arrematados pelos diques políticos costurados às pressas? Em que momento os acréscimos quantitativos se tornam mudanças qualitativas? As respostas para tais questões estão destinadas a permanecer essencialmente controvertidas muito depois do momento que talvez em retrospecto seja visto como o divisor de águas.

O que separa os dois fenômenos é o problema da “assimilação”: sua presença endêmica no conceito de imigração e sua ausência ostensiva no conceito de migração — uma lacuna preenchida primeiro pelas noções de “*melting pot*” ou “hibridização” e agora, cada vez mais, pela ideia de “multiculturalismo”, isto é, da diversidade e diferenciação culturais que devem permanecer no futuro próximo, em vez de serem uma etapa rumo à homogeneidade cultural e portanto, basicamente, nada além de um aborrecimento passageiro. Para evitar qualquer confusão entre o estado de coisas existente e as medidas concebidas para enfrentá-lo — uma espécie de perplexidade pela qual o conceito de “multiculturalismo” é infame — é recomendável substituir este último termo pelo conceito de “diasporização”. Isso é indício de dois atributos cruciais do estado de coisas que emerge atualmente como resultado da migração — um estado muito mais sujeito a influências e processos de base do que dependente da regulação de cima para baixo, e que fundamenta a interação entre diásporas mais na divisão do trabalho do que no enrijecimento de culturas.

Eco publicou o ensaio em 1997. Em 1990, a cidade de Nova York, que ele usou como exemplo, tinha em sua população 43% de “brancos”, 29% de “negros”, 21% de “hispânicos” e 7% de “asiáticos”. Vinte anos depois, em 2010, “brancos” constituíam apenas 33% e estavam ainda mais perto de virarem uma minoria.³ Um número bastante similar de diferentes categorias étnicas, religiosas ou linguísticas, com distribuição de porcentagens similar, pode ser registrada em todos os continentes do mundo, nas grandes cidades, também cada vez mais numerosas. E vale lembrar que pela primeira vez na história a maior parte da humanidade mora nas cidades, enquanto a maioria dessa parte urbana da humanidade mora em cidades grandes, cujos padrões de vida acabam influenciando de diversas formas o resto do planeta.

Gostemos ou não, nós que vivemos na cidade nos vemos em uma situação que exige que desenvolvamos a habilidade de conviver com a diferença todos os dias, e tudo indica que permanentemente. Após alguns séculos sonhando com a assimilação cultural (unilateral) ou convergência cultural (bilateral) e os costumes delas decorrentes, estamos começando a lidar — em muitos casos com relutância, e frequentemente com absoluta resistência — com a perspectiva da mistura de interação e fricção entre a multiplicidade de identidades irredutivelmente diversas